

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	TEORIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO								
<b>DOCENTE</b>	LEANDRO MOLHANO RIBEIRO								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR048	<b>SEMESTRE</b>	2025.1	<b>PERÍODO</b>	1º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Teorias do Estado. Estado de Direito. Teorias da Democracia. Democracias Contemporâneas. Democracia no Brasil.								
<b>OBJETIVOS</b>	<p>Apresentar os conceitos fundamentais da análise política contemporânea;</p> <p>Proporcionar um pensamento crítico-reflexivo das principais vertentes teóricas sobre o Estado e a Democracia que têm orientado a relação entre indivíduo e sociedade ao longo da história moderna</p> <p>Analisar os desdobramentos históricos dessas vertentes teóricas na configuração das instituições políticas, com ênfase em temas fundamentais do direito brasileiro.</p> <p>Discutir ideias centrais das teorias do Estado democrático;</p> <p>Examinar os principais problemas da construção democrática no Brasil dos séculos XX e XXI.</p>								
<b>METODOLOGIA</b>	Análise de eventos históricos e atuais; Discussão de textos teóricos; Seminários críticos-reflexivos; Aulas expositivas; Exame de documentos e legislação; Debates; Oficinas; Filmes seguidos de debates.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.								
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.								
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.								
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.								
	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.								
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.								
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.								
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.								
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.								
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.								
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.								
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.								
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.								
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.									
Outras: relacionar a formulação e implementação das leis à dinâmica política em democracias contemporâneas.									
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Apresentação do programa da disciplina: conteúdo didático, dinâmica das aulas, critérios de avaliação.								
2	Conceito de Política. Definição de Estado. Legitimidade política. Socialização, ideologia e dominação política. (Definição conceitual. Narrativas descritiva e normativa da formação do Estado).								
3	Estado de Direito. Aspectos formais e substantivos do Estado de Direito (Definição conceitual).								
4	Democracia. Institucionalização do conflito e da incerteza (Definição conceitual).								
5	Instituições e atores em democracia I. Pressupostos do modelo: possibilidade de agregação de preferências, custos de participação. racionalidade e informação (Modelos teórico e premissas de modelos teóricos).								
6	Organização e Funcionamento da Democracia: modelos majoritário e consensual (Tipologias).								
7	Eleitorais e Sistemas Partidários (Tipologia).								
8	Sistema eleitoral proporcional de lista aberta (o modelo brasileiro).								
9	Sistema eleitoral, mudanças de regras e representação partidária no Brasil.								
10	Financiamento da democracia (Tipologias).								

11	Relação executivo-legislativo: presidencialismo e parlamentarismo. Governos unitários. Coalizões. Estratégias para governar.
12	Presidencialismo de coalizão no Brasil II.
13	Revisão de conteúdo
14	P1
15	Vista da P1
16 e 17	Processo decisório na arena legislativa. Importância das “regras do jogo”.
18 e 19	Processo legislativo no Brasil
20 e 21	Processo constituinte no Brasil.
22	Revisão - Exercícios
23	“Constitucionalização Permanente” no Brasil.
24	Judiciário e Política: Supremocracia.
25	Judiciário e Política: Ministrocrazia.
26	Síntese: Executivo, Legislativo e STF e o processo decisório brasileiro.
27 e 28	Órgãos de controle
29	Revisão – Exercícios
30	P 2
31	Vista da P2
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Provas. Trabalhos. Participação.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	ABRANCHES, S. Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. DAHL, R. Poliarquia. São Paulo: Edusp. LIJPHART, A. Modelos de Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	AVELAR, L.; CINTRA, A. O.; CARDOSO, A. M. (EDS.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Terceira edição ed. Rio de Janeiro, RJ : São Paulo, SP: Konrad-Adenauer Stiftung ; Editora UNESP, 2004. NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais. Rio Janeiro: Editora FGV, 2012. PRZEWORSKI, A. Crises da democracia. Tradução: Berilo Vargas. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021. TAMANAH. B. On the Rule of Law: history, politics, theory. Cambridge University Press, 2004. WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.